



# Terra de Direitos

Antes mesmo de começar, 2018 já indicava que seria marcante e intenso. Neste ano, completaram-se 130 anos desde o fim formal da escravidão no Brasil, celebraram-se 30 anos da promulgação da Constituição Federal e os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Apesar de comemorarmos essas datas, a garantia e a efetivação destes importantes documentos e referências estão imensamente ameaçadas no Brasil, com ataques violentos à democracia e aos direitos humanos. Em 2018, vimos se acentuarem vertiginosamente os ataques aos defensores e defensoras de direitos humanos e a quem faz política, a exemplo do inaceitável assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, no Rio de Janeiro. Além disso, assistimos à brutal escalada do conservadorismo e de um discurso de ódio que culminou em uma derrota político-institucional ao campo progressista sem precedentes no último período de nossa história.

Ao mesmo tempo, houve e há o recrudescimento da perseguição aos movimentos sociais, com a repressão violenta às manifestações populares e tentativas de tornar legítima tal perseguição como o avanço, nas casas legislativas, de projetos de lei que configuram a ação dos movimentos sociais como terrorista e outro que impõe censura às escolas.

O próximo ano certamente não será fácil. Além do que já pudemos vivenciar nesses primeiros meses pós eleição presidencial, assistiremos ao aprofundamento da crise econômica e social imposta pela Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos. Mais do que nunca, será preciso defender a democracia e reafirmar direitos tão duramente conquistados e que agora estão rifados pela política que privilegia os interesses do mercado internacional.

Se sabemos que os desafios serão enormes em 2019, temos também a certeza de que nossa resistência será ampla e cotidiana. Ao longo de 2018, pudemos contabilizar, a partir da ação coletiva e protagonizada por movimentos populares, muitos avanços e demonstrações concretas de mobilização e capacidade organizativa - alguns elencados nesta retrospectiva.

Assim, a Terra de Direitos renova seu compromisso em seguir atuando para que todas as populações tenham seus direitos garantidos.

2019 é tempo de avançar de mãos dadas. Esperamos contar com as suas!





## Biodiversidade e Soberania Alimentar

# Alimento saudável, sem veneno no prato

Dois mil e dezoito foi um ano de rearticulação dos movimentos sociais camponeses, povos e comunidades tradicionais na defesa da soberania e segurança alimentar e do acesso e garantia de nossa agro e sociobiodiversidade.

Foi um ano de intensos encontros e sinergias, como o Encontro Nacional de Agroecologia em Belo Horizonte, a 17ª Jornada de Agroecologia em Curitiba e o Fórum Alternativo Mundial das Águas em Brasília. Encontros que marcam a aproximação dos povos do campo, águas e florestas com o povo da cidade e o enraizamento da agroecologia como movimento, prática e ciência.

E só com articulação social foi possível enfrentar os inúmeros desafios colocados à nossa biodiversidade nesse contexto de retrocessos.

No início do ano, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a Resolução Normativa nº 16/2018 que abre brechas para a liberação de organismos modificados por técnicas de precisão, como são os condutores genéticos, que podem ser verdadeiros exterminadores de espécies. Este tema também foi principal pauta de debate na 14ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica, em conjunto com a biologia sintética e apropriação de patrimônios genéticos e os conhecimentos tradicionais associados.

Já no Judiciário houve o julgamento das ações de inconstitucionalidade do Código Florestal e da redução das Unidades de Conservação no Tapajós. Em ambas o agronegócio saiu ganhando no peso da balança desigual do Supremo Tribunal Federal (STF).

No tema dos agrotóxicos, o ano de 2018 marcou o embate da bancada ruralista e dos movimentos sociais, com duas comissões especiais concomitantes: o Pacote do Veneno, que visa flexibilizar a legislação de agrotóxicos, e a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA). Ambas foram aprovadas nas respectivas comissões e seguem para apreciação em plenário.

Também houve a habilitação de diversas entidades na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553, que questiona as isenções fiscais destinadas aos agrotóxicos no país, especialmente o ICMS e o IPI. A Terra de Direitos, a Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida foram admitidas como *amici curiae* para intervir e se manifestar no julgamento.

Com o novo governo será preciso intensificar as lutas, já que a tragédia foi anunciada: fim das demarcações de terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e reforma agrária, terras e territórios vivos em biodiversidade; ocupação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pela principal articuladora do pacote do veneno; o Ministério do Meio Ambiente destinado aos ruralistas e as incertezas sobre os destinos dos órgãos de fiscalização ambiental e dos espaços de controle social.





## Conflitos Fundiários

# Conflitos fundiários: muitas resistências e alguns avanços

Este foi um ano turbulento nas questões fundiárias, principalmente pelo acirramento do discurso de ódio durante a eleição presidencial. Silenciosamente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) paralisou políticas de reforma agrária, de titulação de territórios quilombolas e de desinversão em terras indígenas. Ao mesmo tempo, o órgão avançou como pôde na concessão e títulos individuais em assentamentos e na efetivação da Lei da Grilagem, com a publicação dos Decretos nº 9.309, nº 9.310 e nº 9.311, que regulamentam a Lei n. 13.465/2017.

Contudo, houve avanços. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) editou a Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018, que deu importantes direcionamentos para a solução de situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos.

No caso da criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná pela Operação Castra, houve uma decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que restabeleceu a prisão sete militantes. No entanto, uma liminar do Superior Tribunal de Justiça revogou a determinação do TJ. O Mérito do Habeas Corpus ainda vai ser julgado.

Ainda sobre violência, uma decisão judicial negou o arquivamento de inquérito aberto para apurar a responsabilidade de polícias militares pelo assassinato de Vilmar Bordim e Leonir Orback, integrantes do MST assassinados durante um ataque em 2016, na cidade de Quedas do Iguaçu (PR). Espera-se que em 2019 os policiais sejam denunciados pelo crime.

Além desses casos, o Tribunal de Justiça do estado do Paraná anulou a condenação de Marcos Menezes Prochet, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR). Prochet havia sido condenado pelo Tribunal do Júri em 2016 pelo assassinato do agricultor sem-terra Sebastião Camargo, morto em 1998. A absurda decisão do TJ-PR, que afirmou não haver provas suficientes para a condenação, será contestada em 2019 junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No mesmo dia em que o Júri de Prochet foi anulado, o Tribunal de Justiça condenou a transnacional Syngenta a indenizar familiares de Valmir Mota de Oliveira - o Keno -, dirigente do MST assassinado em 2007 durante um ataque violento promovido pela empresa de segurança privada contratada pela Syngenta. A agricultora Isabel Nascimento, que foi atingida por um tiro durante o ataque, também será indenizada.

Com a decisão, o Tribunal reafirma que a violência em ações de despejos forçados por particulares é ilegal.

A Terra de Direitos também ajudou a organizar o Tribunal Internacional dos Despejos, durante o Fórum Social Mundial realizado em Salvador (BA), no mês de março. O TID condenou os despejos de cinco casos emblemáticos apresentados durante a atividade. O resultado dos debates do Tribunal Internacional pode ser conferido em uma publicação lançada em dezembro deste ano.





## Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

### O desafio de defender direitos no Brasil

As violências contra defensoras e defensores de direitos humanos se aprofundam no Brasil desde o ano de 2015. Em 2018 não foi diferente. O assassinato de Marielle demonstrou a face cada vez mais destemida dos autores dessas violências, que agora estão ainda mais autorizados pelo presidente eleito. O número de conflitos e as situações de violência aumentaram, inclusive nos territórios diretamente acompanhados pela Terra de Direitos, o que traz ainda maiores desafios.

Por isso, este ano foi momento de fortalecimento da articulação em rede da organização. Exemplo disso se concretizou na produção e lançamento da segunda edição da pesquisa *Vidas em Luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil*, produzida pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Em parceria com a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Terra de Direitos também produziu o livro *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*, primeiro esforço de sistematização das violações ocorridas nos quilombos e que revelou um aumento de 350% nos casos de assassinatos no ano de 2017.

Em 2018, a organização também ampliou a incidência junto a mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos, com objetivo de pressionar o Estado brasileiro, visibilizar e sensibilizar a comunidade internacional sobre a gravidade do cenário de violência e da criminalização.

Representantes da Terra de Direitos participaram de duas sessões de audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. No diálogo com a CIDH, a organização também acompanhou - e incidiu sobre - a visita oficial desta Comissão no Brasil, onde participou ativamente na construção da agenda e articulação com os movimentos sociais.

A Terra de Direitos participou de maneira especial nas agendas realizadas nos estados da Bahia - cujo foco foram as violações contra comunidades quilombolas -, em Santarém e Altamira, no Pará - que trataram das violações sofridas por povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas -, além da audiência geral realizada no Rio de Janeiro. Também foram enviados relatórios e denúncias para a ONU e OEA sobre a situação dos direitos humanos no Brasil.





## Democratização da Justiça

### A Justiça que queremos

A Terra de Direitos aposta na construção coletiva de suas ações pela democratização da justiça. Junto às organizações que se reúnem na Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh), realizou um conjunto de atividades com o lema "A justiça que queremos! Organizações populares denunciam a captura do judiciário e reivindicam uma justiça democrática". O evento foi realizado em Maceió (AL), durante o mês de maio, como um contraponto ao XXIII Congresso da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) que aconteceu no mesmo período. O Encontro dos juízes contou com a participação de parlamentares de partidos conservadores e foi patrocinada por empresas, com destaque para a Qualicorp, corporação do setor de saúde que responde por diversas ações judiciais. O tema da captura corporativa do sistema de justiça também foi denunciado à Relatoria Especial da ONU sobre Independência dos Juízes e Advogados.

No que toca os privilégios da magistratura, a Terra de Direitos, em parceria com a JusDh, denunciou por meio de processos judiciais o incoerente pagamento de auxílio-moradia a juízes e juízas. A articulação entrou com pedido de admissão de *amicus curiae* nos processos que discutem o pagamento de auxílio-moradia à magistratura no STF, mas o pedido foi negado pelo ministro Luiz Fux. Além disso, a organização também teve participação em processos administrativos e recursos enviados à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União (AGU) para acessar a negociação sigilosa entre a Administração Pública e os integrantes das associações de juízes e promotores.

Em parceria com o Coletivo de Direitos Humanos da Via Campesina, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e apoio de outras redes e organizações, a JusDh realizou um curso sobre Sistema de Justiça voltado para advogadas e advogados, estudantes de Direito e lideranças de movimentos populares. Realizada entre os dias 27 a 31 de agosto, na Escola Nacional Florestan Fernandes, a atividade provocou um debate crítico sobre estratégias de luta por um novo modelo de justiça. A expectativa é que uma formação seja novamente realizada em 2019, de forma a incorporar novos desafios a partir da conjuntura – de aumento de gastos com as altas carreiras do Judiciário e Ministério Público, de protagonismo político de juízes alinhados a interesses conservadores e captura corporativa e ideológica do Poder de Estado, menos sujeito a controle social.

Neste ano, a JusDh também passou a contar com mais uma ferramenta aliada na luta pela popularização da Justiça: desde julho, está no ar o Programa Fala Justa. O podcast já teve sete episódios e abordou temas como a participação de mulheres negras no sistema de justiça, transparência no Judiciário e indicação de ministros ao STF.

**Você pode conferir todos os programas Fala Justa aqui**





## Direito à cidade

# Ocupar e Resistir! O direito à cidade e as resistências urbanas

Em 2018, entre perdas e avanços, seguimos na luta pela garantia ao direito à cidade e à moradia digna. Os movimentos de luta por moradia e pela reforma urbana já sentem na pele o corte dos gastos públicos para programas como o Minha Casa, Minha Vida, e também com a ameaça de desmonte do Ministério das Cidades. Mas também tivemos muitos avanços.

Este ano, importantes vitórias foram conquistadas, como a finalização do projeto de urbanização da comunidade Costeirinha, em São José dos Pinhais, a retomada de forças do Fórum Nacional da Reforma Urbana, e a chegada à última etapa do processo de usucapião especial coletiva da Vila Esperança, no Sabará, em Curitiba. A expectativa é esse processo resulte em uma sentença favorável.

Além disso, os moradores da Sociedade Barracão, comunidade localizada no bairro Boqueirão, na capital paranaense, iniciaram as obras para reforma e reurbanização da área, a partir das campanhas de financiamento coletivo. A comunidade também fecha o ano contente com a possibilidade do estabelecimento de um acordo com a prefeitura de Curitiba para o encerramento de um processo judicial e a inclusão dos catadores e catadoras da comunidade na política municipal de resíduos sólidos.

Neste ano, a Frente Mobiliza Curitiba - uma rede que a Terra de Direitos integra - também avançou na articulação com lideranças comunitárias e profissionais de diferentes áreas que debatem uma cidade mais justa. A articulação tem importante papel nas discussões do projeto de lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba, com intervenções fundamentais no Conselho das Cidades. A partir da oficina Refletir e Agir - uma formação básica para os integrantes da rede -, a Frente Mobiliza Curitiba entregou à Câmara Municipal propostas para alteração no Projeto de Lei de Zoneamento. Além disso, a articulação apresentou para o Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba) propostas para a minuta da lei de Outorga do Direito de Construir e Transferência de Potencial Construtivo, para a geração de recursos para habitação e regularização fundiária, o que pode garantir uma perspectiva de maiores fundos ao Município para programas e projetos municipais.

No entanto, o recrudescimento das políticas de segurança pública e da crescente expansão da criminalização dos movimentos sociais já deu suas caras em 2018. Um dos grandes exemplos de inoperância da política habitacional e da violência da segurança pública resultou no incêndio criminoso ocorrido no dia 7 de dezembro, na Ocupação 29 de Março, na Cidade Industrial de Curitiba. Com a notícia oficial do falecimento de um dos moradores e destruição total de cerca de 150 moradias, entre escombros e fuligens, resiste a comunidade 29 de Março, com força e unidade para sua reconstrução!

Miguelzinho e Aldebaran, presentes!





## Impactos de Megaprojetos



## Empresas e Direitos Humanos

## Pelo direito de serem consultados

As experiências de construção de protocolos de consulta ganharam fôlego em 2018. Como resposta à conjuntura adversa ao reconhecimento de direitos étnicos no Brasil, a Terra de Direitos auxiliou – por meio da educação popular – comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais a se articularem e se mobilizarem na elaboração de protocolos de consulta prévia. A criação desses materiais é uma das formas de exigir a implementação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a Consulta Livre, Prévia e Informada desses grupos.

Entretanto, o poder corporativo reiterou e avançou nos ataques a povos e comunidades tradicionais. Em posicionamentos públicos, a Terra de Direitos denunciou o racismo das empresas, que exigiram a revogação do Decreto Federal nº 6.040/2007 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) e a redução de unidades de conservação. Também foram denunciadas posturas racistas por parte do Governo do Pará, que propôs a regulamentação da Convenção 169 da OIT.

Além disso, as tratativas entre defensoras e defensores de direitos humanos e empresas foram normatizadas no país em Portarias do Ministério dos Direitos Humanos a partir da implementação dos Princípios Ruggie da ONU, que orienta a conciliação de conflitos entre empresas e comunidades afetadas. A normatização, no entanto, aconteceu sem qualquer diálogo com a sociedade civil. Em reação a isso, foram realizadas articulações nacionais para incidir na questão, já que isto aponta para um cenário menos democrático para as tentativas de resolução de conflitos.

Após três anos do crime da Samarco na cidade de Mariana (MG) e com o desastre do vazamento de resíduos da mineradora Hydro em Barcarena, segue em curso a tramitação de projetos de lei para flexibilização do licenciamento ambiental. Se aprovados, esses projetos continuarão embasando a assimetria entre empresas e as comunidades afetadas. Enquanto isso, a Terra de Direitos enfrenta no Sistema de Justiça licenciamentos ambientais de obras portuárias que violam direitos étnicos no Tapajós - a situação, no entanto, tende a se agravar.

Para próximo ano, a provável reorganização dos ministérios do governo federal, e redução dos trabalhos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Inbra e INCRA - somados a um discurso falacioso e racista no que diz respeito às comunidades tradicionais e o meio ambiente - deverá abrir ainda mais as portas do país para as transnacionais. Essas empresas estarão liberadas a construir tendo menos fiscalização e participação popular.





Quilombolas

## Conquistas e dificuldades nas lutas quilombola

O ano de 2018 começou com uma grande vitória quilombola: A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, que questionava a constitucionalidade do Decreto federal 4887/03 no STF, foi julgada improcedente. Após catorze anos de luta as comunidades quilombolas conquistaram uma decisão histórica, quando o STF declarou constitucional o decreto, afastando a aplicação da tese do marco temporal.

Fora disso, foram poucos os avanços. O Incra avançou muito pouco nas titulações de territórios quilombolas, principalmente pelo reduzido orçamento. Em alguns pontos houve retrocessos, como na tentativa de reduzir arbitrariamente o território quilombola de Mesquita, em Goiás. Nesse caso, o Instituto foi forçado a voltar atrás e anulou a decisão contrária aos quilombolas da região.

Também foi um ano com diversas ações internacionais. A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Terra de Direitos, entre outras organizações, enviaram denúncias e estiveram em audiências temáticas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Os resultados dos trabalhos podem ser vistos no relatório preliminar da visita Brasil, e em maior extensão no relatório final da Cidh, a ser divulgado em março de 2019.

Em Santarém tivemos a primeira titulação, mesmo que ainda parcial, de um território quilombola: o quilombo Pérola do Maicá. O quilombo do Tingu também teve uma vitória, com a publicação de sua portaria de reconhecimento.

As violências, contudo, também se acirraram. Um quilombola do Tingu foi assassinado e os intensos conflitos pela posse da área e pelo uso da água foram enfrentados durante todo o ano.

No Paraná a comunidade Paiol de Tela conquistou decisões judiciais que barraram possível reintegração de posse. Contudo, ainda não houve avanço significativo na titulação.

A publicação *Racismo e Violência contra quilombos no Brasil*, construída em parceria com a Conaq, também foi realizada em 2018. A pesquisa inédita mapeia as violências no Brasil destaque violações sofridas pelas mulheres quilombolas.



# Especiais



## Campanha Direitos Valem Mais

Desenvolvida pela Coalização Anti-Austeridade e pela Revogação da Emenda Constitucional 95/2016, medida que determina o congelamento do orçamento público por vinte anos para áreas como saúde e educação, condicionado apenas à variação da inflação anual, a Campanha realizou, em 2018, um conjunto de ações como debates e rodas de conversa com a população sobre como a crise tem afetado a vida da/do brasileiro. Outra frente de ação foi o diálogo com as eleições.

[Conheça mais sobre a Campanha](#)



## Julho das pretas: mulheres negras movem a terra

Inspirada na luta de Teresa de Benguela e de outras mulheres negras, a Terra de Direitos desenvolveu durante o mês que celebra o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha o "Especial Julho das Pretas: mulheres negras movem a Terra". Durante esse período, foram construídos diferentes conteúdos que refletem desafios enfrentados pelas mulheres negras, como a desigualdade, o direito à moradia e o acesso à saúde.

[Acesse aqui](#)



## 30 anos de uma Constituição Federal em constante ameaça

Passados 30 anos da promulgação da Constituição Federal medidas recentes do Executivo e Legislativo têm ferido de morte esse compromisso, especialmente com quem mais necessita dele. A Terra de Direitos tem trabalhado de forma a garantir o respeito aos direitos já previstos na Constituição, além de reivindicar que novos direitos sejam reconhecidos e assegurados.

Confira o que o texto constitucional assegura a alguns grupos, áreas e temas sociais acompanhados pela organização.

[Acesse aqui](#)



## Titulação Quilombola é Vida

Terra para plantar, para morar, para viver e para desenvolver sua cultura. Terra para existir. Mais de 130 anos após a abolição formal da escravidão, quilombolas do todo o país ainda não têm reconhecido ao direito ao território tradicional. A série especial "Titulação Quilombola é Vida" traz a história de algumas comunidades que há anos lutam pela regularização de seus territórios. A primeira reportagem da série fala da situação vivida pelas famílias da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, que pode ser o primeiro quilombo a ser titulado no Paraná.

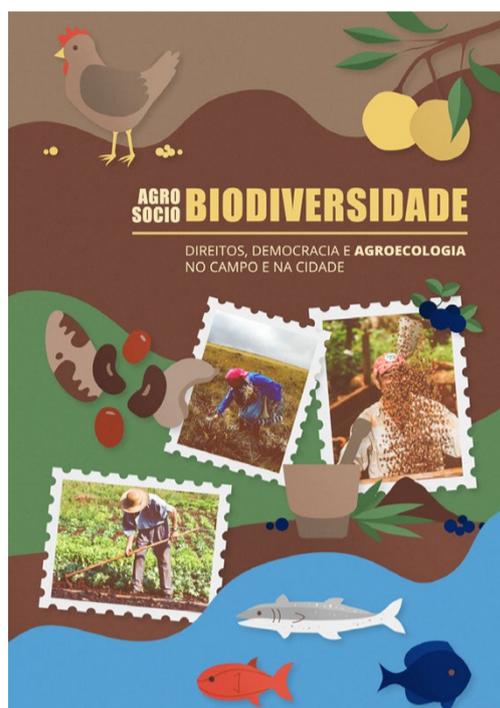
[Acesse aqui](#)

# Publicações

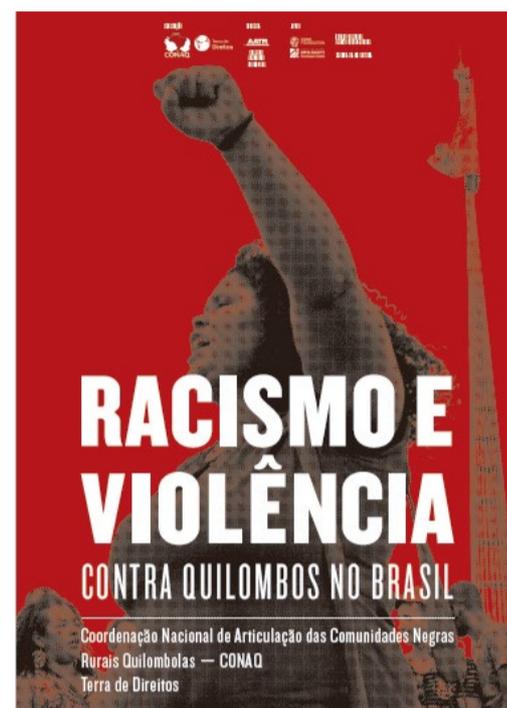
Clique nas publicações para acessar o material



Tapajós: informes de uma terra em resistência



Agro-socio-Biodiversidade: direitos, democracia e agroecologia no campo e na cidade



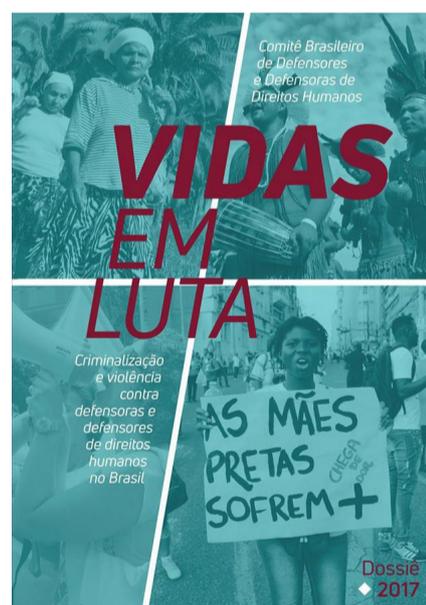
Racismo e violência contra quilombos no Brasil



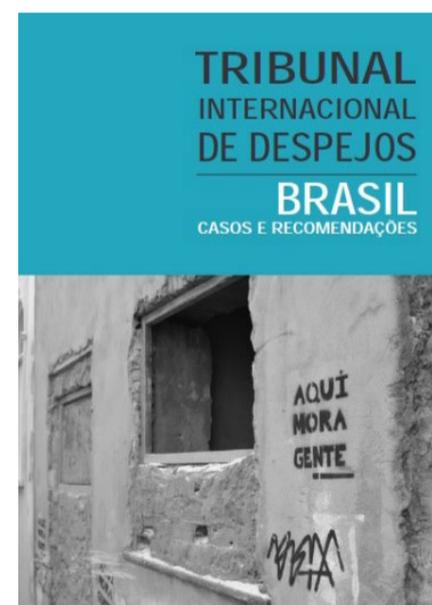
Carta aberta de recomendações da sociedade civil brasileira para COP14



O Brasil e a 14ª Convenção da Diversidade Biológica: a tragédia anunciada à biodiversidade



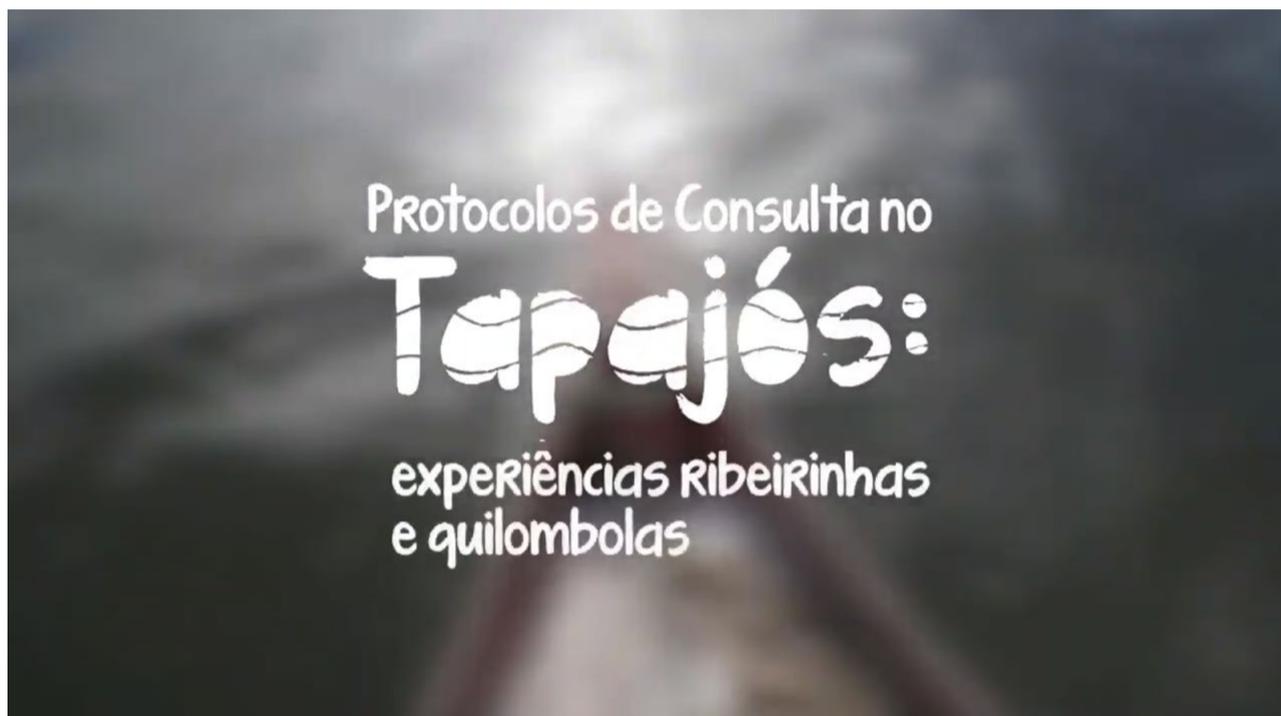
Vidas em luta



Tribunal Internacional dos Despejos | Brasil: casos e recomendações

# Vídeos

Clique para assistir os vídeos



Protocolos de consulta no Tapajós: experiências ribeirinhas e quilombolas



10 de dezembro:  
70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Acompanhe nossos canais de comunicação:

